ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

TÍTULO DO TRABALHO: GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NAS ROMARIAS DE JUAZEIRO DO NORTE: RESPOSTAS LOCAIS E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA.

Resumo

Este ensaio teórico analisa a gestão de resíduos sólidos durante eventos religiosos de grande escala, com foco na Romaria das Candeias, em Juazeiro do Norte (CE), como um campo de inovação pública disruptiva e sustentável. A partir de uma abordagem qualitativa e da metodologia reflexiva (Meneghetti, 2011), articula-se um conjunto de referenciais teóricos: a sociologia das emergências e a ecologia de saberes, a governança dos bens comuns e a ética do cuidado socioambiental. O objetivo é refletir sobre como práticas locais, como a parceria entre a AMAJU e catadores de recicláveis, podem superar abordagens tradicionais, promovendo inclusão socioprodutiva, regeneração ambiental e governança colaborativa. A discussão considera os desafios operacionais enfrentados pela administração pública diante do aumento expressivo da geração de resíduos em períodos de romaria, e a transformação desse problema em oportunidade de construção coletiva, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11 e 12). A experiência é analisada como um exemplo de disrupção institucional territorializada, capaz de articular justiça ambiental, engajamento comunitário e compromisso com critérios ESG. O trabalho contribui para os debates contemporâneos sobre inovação em gestão pública e sustentabilidade urbana, destacando a importância do reconhecimento de saberes locais e da atuação de atores sociais historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Gestão Pública; Sustentabilidade; Catadores; Romaria; Resíduos Sólidos.

Abstract

This theoretical essay analyzes solid waste management during large-scale religious events, focusing on the Romaria das Candeias (Candeias Pilgrimage) in Juazeiro do Norte, Ceará, as a field of disruptive and sustainable public innovation. Using a qualitative approach and reflective methodology (Meneghetti, 2011), it articulates a set of theoretical frameworks: the sociology of emergencies and the ecology of knowledge, the governance of common goods, and the ethics of socio-environmental care. The objective is to reflect on how local practices, such as the partnership between AMAJU and recyclable waste pickers, can overcome traditional approaches, promoting socio-productive inclusion, environmental regeneration, and collaborative governance. The discussion considers the operational challenges faced by public administration in the face of the significant increase in waste generation during pilgrimages and how to transform this problem into an opportunity for collective development, based on the Sustainable Development Goals (SDGs 11 and 12). The experience is analyzed as an example of territorialized institutional disruption, capable of articulating environmental justice, community engagement, and a commitment to ESG criteria. The work contributes to contemporary debates on innovation in public management and urban sustainability, highlighting the importance of recognizing local knowledge and the participation of historically marginalized social actors.

.

1. Introdução

Entre os desafios estruturantes enfrentados pelas administrações municipais, a gestão de resíduos sólidos caracteriza-se por sua natureza complexa e multifacetada, pois envolve políticas ambientais, inclusão socioprodutiva, infraestrutura urbana, cultura e governança local. Com a intensificação das crises ambientais tem-se evidenciado a urgência de repensar as práticas de gestão pública, eventos como as romarias, por seu grande porte, exercem pressões significativas sobre os sistemas locais de limpeza urbana, saneamento, transporte e meio ambiente, exigindo, assim, a implementação de soluções inovadoras e sistêmicas (Vieira, 2002).

Juazeiro do Norte, no Ceará, um dos principais centros de devoção popular do nordeste, ilustra este desafio ao atrair milhares de fiéis em suas grandes romarias anuais. A Romaria de Nossa Senhora das Candeias, realizada em fevereiro, provoca picos de consumo e geração de resíduos, pressionando a capacidade municipal. Em 2025, mais de 2,45 toneladas de materiais recicláveis foram coletadas durante os cinco dias do evento (Prefeitura de Juazeiro do Norte, 2025).

Em consonância ao pressuposto do desenvolvimento sustentável no qual as políticas públicas devem ser capazes de responder às realidades locais, respeitando as especificidades sociais, territoriais e culturais, uma parceria disruptiva entre o poder público – via Autarquia Municipal de Meio Ambiente (AMAJU) – e associações de catadores de materiais recicláveis consolida-se como alternativa de gestão territorializada. Dessa forma, ao colocar os catadores como atores centrais na operação, o modelo integra economia circular e geração de renda, desafiando abordagens tradicionais ao converter um problema socioambiental em política pública que promova integração econômica e social de grupos marginalizados.

Este ensaio teórico tem como objetivo analisar de que maneira práticas locais de gestão de resíduos sólidos em contextos de romaria popular - com foco na experiência de Juazeiro do Norte - podem se constituir como respostas inovadoras e sustentáveis diante das crises socioecológicas contemporâneas além de seus desafios de implementação e manutenção. A partir de uma abordagem qualitativa e da metodologia reflexiva proposta por Meneghetti (2011), o estudo articula criticamente três referenciais teóricos centrais para a compreensão do fenômeno. A sociologia das emergências e a ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos (1999) permitem desvelar como a solução da parceria com os catadores em Juazeiro do Norte emerge de um contexto de crise, valorizando o conhecimento prático e muitas vezes marginalizado dos catadores. Os princípios de governança dos bens comuns e da ação coletiva de Elinor Ostrom (1990) permitem analisar a cooperação entre diferentes atores na gestão dos resíduos como um recurso compartilhado. Por fim, a ética do cuidado e da responsabilidade socioambiental de Leonardo Boff (2012) embasa a análise sobre como essa parceria pode ir além da eficiência operacional, promovendo equidade social **e** regeneração ambiental através da valorização humana e ambiental. Ao explorar essa base teórica de forma integrada, busca-se compreender como arranjos institucionais locais, que envolvem catadores de materiais recicláveis, poder público, cultura religiosa e sociedade podem conciliar eficiência operacional, equidade social e regeneração ambiental, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável sensível ao território. Este artigo está organizado em quatro seções principais de fundamentação teórica: inicialmente, abordam-se os

fundamentos da sustentabilidade e da gestão pública local; em seguida, discute-se a economia circular e a gestão colaborativa com foco na atuação dos catadores; na terceira seção, exploram-se as inovações disruptivas na administração pública a partir de práticas territorializadas; por fim, analisa-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), discutindo a distância entre sua normatização e a prática cotidiana nos municípios. Na seção seguinte, desenvolve-se uma análise integrada, articulando teoria e experiência local. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Gestão Pública Territorializada

O desenvolvimento sustentável, termo amplamente difundido nas últimas décadas, requer uma abordagem que integre de forma interdependente as dimensões ambiental, social, econômica e cultural, incorporando debates sobre justiça social, participação cidadã e gestão pública. Nesse sentido, Leonardo Boff (2012) ressalta que a sustentabilidade não é possível sem o enraizamento ético do cuidado - com a natureza, com as pessoas e com as futuras gerações. Essa perspectiva exige ações estruturadas, porém sensíveis às realidades locais, que articulem responsabilidade pública e protagonismo comunitário.

No campo da administração pública, a sustentabilidade demanda uma gestão que dialogue com os territórios, reconhecendo suas singularidades, fragilidades e potenciais. Nessa perspectiva, destaca-se o risco de se aplicar modelos padronizados de desenvolvimento urbano, desconsiderando a complexidade das dinâmicas locais (Veiga, 2002). Ainda que haja avanços em termos normativos, observa-se que muitos desses princípios permanecem distantes da prática cotidiana da gestão pública, marcada por soluções reativas, baixa integração institucional e limitação da participação efetiva das populações envolvidas. No caso de Juazeiro do Norte, marcada por intensa atividade religiosa, economia informal e diversidade cultural, torna-se preciso adotar estratégias de gestão que considerem eventos de grande impacto como as romarias, pois estas revelam desafios estruturais da política ambiental local.

Proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Agenda 2030 constitui um plano global que orienta governos, sociedade civil, empresas e instituições acadêmicas na promoção de um futuro mais justo e sustentável, por meio da cooperação multissetorial. Essa agenda reforça a necessidade de ações integradas e colaborativas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), cujas metas são interdependentes e exigem abordagens multiescalares. Entre eles, destacam-se o ODS 11, que trata de cidades e comunidades sustentáveis, e o ODS 12, que aborda o consumo e a produção responsáveis. O ODS 11 enfatiza a necessidade de tornar as cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis, incluindo o planejamento urbano para populações flutuantes. O ODS 12, por sua vez, propõe a redução da geração de resíduos, o fortalecimento da coleta seletiva e o incentivo à economia circular. Apesar das diretrizes globais e dos compromissos assumidos, é importante reconhecer que a aplicação concreta dessas metas enfrenta obstáculos nos contextos locais, onde os limites operacionais e a fragmentação das políticas públicas frequentemente reduzem o potencial transformador da agenda.

Em Juazeiro do Norte, a Romaria de Nossa Senhora das Candeias representa um exemplo de como práticas religiosas populares impactam diretamente a gestão urbana e ambiental. Durante o evento, que atrai milhares de romeiros, verifica-se um aumento expressivo na geração de resíduos sólidos, exigindo da administração municipal à adoção de estratégias específicas de coleta, triagem e destinação adequada. A atuação da Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte (AMAJU), em parceria com associações de catadores, configura uma tentativa de alinhamento entre os objetivos globais da sustentabilidade e as realidades locais, por meio de práticas públicas que combinem eficiência operacional, inclusão social e responsabilidade ambiental. Ao considerar a sustentabilidade como um processo construído a partir do território — e não imposto externamente —, Juazeiro do Norte se apresenta como um campo fértil para a análise de práticas de gestão pública capazes de produzir alternativas inovadoras e participativas frente a desafios complexos.

2.2 Inclusão socioprodutiva

A economia circular representa um imperativo contemporâneo para a gestão de resíduos, propondo um modelo que vai além do descarte após o consumo, em direção à valorização contínua de materiais e produtos. Em Juazeiro do Norte, a parceria entre a AMAJU e as associações de catadores ilustra um arranjo que busca operacionalizar esses princípios em um contexto de grandes eventos como as romarias. No entanto, é possível perceber que, embora tais iniciativas representem avanços importantes, elas ainda operam de forma pontual, e muitas vezes com limitações estruturais e institucionais que dificultam sua consolidação como política pública permanente.

No Brasil, os catadores de materiais recicláveis desempenham um papel estratégico nesse processo, atuando como agentes centrais na reciclagem e na redução dos resíduos gerados nos centros urbanos. Para além da dimensão ambiental, essa atividade representa uma importante via de inclusão socioprodutiva, sobretudo para populações em situação de vulnerabilidade. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), a valorização do trabalho dos catadores é fundamental para a superação de desigualdades históricas e para a construção de sistemas de gestão de resíduos mais sustentáveis, eficientes e socialmente justos. Ainda assim, na prática, a inclusão desses trabalhadores nas estruturas formais de gestão é muitas vezes condicionada por processos burocráticos e parcerias temporárias e sazonais, limitando sua atuação a períodos específicos e enfraquecendo seu reconhecimento como parte estrutural do sistema urbano.

Nesse contexto, os conceitos desenvolvidos por Elinor Ostrom (1990) oferecem uma análise crítica relevante, especialmente ao abordar os princípios de design institucional. A autora destaca que sistemas coletivos bem-sucedidos de manejo de recursos comuns dependem da participação ativa dos envolvidos e do monitoramento compartilhado. Tais conceitos, quando articulados à formalização de associações e cooperativas, bem como ao apoio institucional às organizações de catadores durante eventos dessa natureza, potencializam os resultados ambientais e sociais da gestão de resíduos. Além disso, contribuem para a transformação de atividades anteriormente vistas como trabalho informal e precário em ocupações reconhecidas e integradas à cadeia de serviços urbanos.

Em Juazeiro do Norte, a atuação de associações como a Engenho do Lixo, em parceria com a AMAJU, exemplifica essa perspectiva. Durante a Romaria de Nossa Senhora das Candeias, os catadores organizados atuam em pontos

estratégicos da cidade, recolhendo, tratando e destinando adequadamente os resíduos recicláveis gerados pelos milhares de romeiros. A coleta de mais de 2,4 toneladas de materiais secos em apenas cinco dias (Prefeitura de Juazeiro do Norte, 2025) evidencia não apenas a magnitude do desafio, mas também o potencial transformador da ação conjunta entre sociedade civil e poder público.

Essas práticas contribuem diretamente para os princípios da economia circular, ao reinserir resíduos na cadeia produtiva e reduzir a pressão sobre aterros e lixões. Ao estabelecer regras próprias, coordenar esforços e construir confiança mútua, os catadores e seus parceiros institucionais configuram arranjos de governança compartilhada que desafiam a lógica centralizadora e fragmentada da gestão pública tradicional. Esses arranjos, quando apoiados por políticas públicas sensíveis às condições locais, tornam-se não apenas mecanismos de eficiência operacional, mas também expressões de inovação social e empoderamento comunitário. Entretanto, a dependência de ações pontuais, muitas vezes limitadas por cadastros temporários e ausência de planejamento contínuo, evidencia a necessidade de políticas mais estáveis e estruturantes para que tais arranjos deixem de ser exceção e passem a integrar a rotina da administração pública local.

2.3 Inovação Disruptiva na Administração Pública

Em contextos marcados por múltiplas crises, como a socioambiental, a climática e a exclusão social, torna-se necessário adotar formas de gestão pública capazes de responder com agilidade, inovação e sensibilidade às complexidades locais. Essas rupturas não se manifestam apenas por meio de tecnologias ou reformas administrativas, mas sobretudo na capacidade de reinventar práticas, valores e arranjos institucionais que dialoguem com os territórios e suas populações. Em contraste com isso, ainda se observam limitações impostas por estruturas burocráticas rígidas e por uma cultura institucional que, muitas vezes, privilegia soluções padronizadas e verticalizadas, em detrimento da escuta ativa dos sujeitos locais e da valorização de suas práticas.

No campo da sustentabilidade, isso significa pensar a administração pública como promotora de justiça socioambiental, e não apenas como gestora de serviços. Nesse sentido, a ecologia de saberes, proposta por Boaventura de Sousa Santos (1999), propõe o reconhecimento de práticas e conhecimentos historicamente marginalizados, como os oriundos das periferias urbanas e das organizações populares. Dessa forma, ao invés de impor soluções centralizadas, a gestão pública é impulsionada a dialogar com atores locais, reconhecer sua expertise prática e cocriar soluções para problemas complexos. É por essa razão que a atuação dos catadores de materiais recicláveis e suas associações pode ser compreendida como parte de uma inovação institucional que é social, ambiental e política, em vez de meramente tecnológica. Por outro lado, embora esse modelo venha ganhando força em discursos institucionais, sua incorporação efetiva ainda é incipiente, frequentemente limitada a iniciativas pontuais que carecem de institucionalização e continuidade.

É por essa razão que a atuação dos catadores de materiais recicláveis e suas associações pode ser compreendida como parte de uma inovação institucional que é social, ambiental e política, em vez de meramente tecnológica. As comunidades podem, sob determinadas condições, construir regras, confiança e mecanismos de coordenação para gerir recursos coletivos de maneira sustentável, desafiando a dicotomia entre Estado e mercado (Ostrom, 1990). Neste seguimento, aplicada à gestão de resíduos sólidos em Juazeiro do Norte, essa lógica revela que a integração dos catadores organizados ao sistema de coleta seletiva,

especialmente durante as romarias, não é apenas uma resposta operacional a uma sobrecarga temporária do serviço público, mas uma experiência concreta de governança compartilhada.

Essa prática transforma um desafio histórico – o descarte massivo e informal de resíduos – em uma oportunidade de inclusão social e regeneração ambiental. Tais arranjos também se alinham às diretrizes mais recentes de sustentabilidade institucional, como os fatores Ambiental, Social e Governança que vêm orientando tanto o setor privado quanto às políticas públicas modernas. A valorização do trabalho dos catadores, a implementação de ações de educação ambiental e a criação de infraestrutura adequada para a coleta seletiva durante eventos religiosos sinalizam um compromisso da gestão pública com práticas responsáveis, transparentes e sensíveis ao território. Ao transformar um desafio socioambiental persistente em campo de ação colaborativa, a administração municipal não apenas amplia sua eficácia, mas fortalece sua legitimidade e capacidade de inovação. Porém, é preciso reconhecer que tais experiências seguem à margem das estruturas administrativas formais, sendo dependentes de contextos específicos, boa vontade de gestores e mecanismos temporários como o cadastramento emergencial.

Ademais, a construção teórica baseada em ensaios exige atenção às experiências concretas, articulando-as com reflexões conceituais amplas (Meneghetti, 2011). Desse modo, a experiência de Juazeiro do Norte, ao lidar com os resíduos gerados pela Romaria das Candeias por meio de estratégias inclusivas, intersetoriais e participativas, exemplifica como a administração pública pode se reinventar a partir das margens, incorporando transformações disruptivas que não vêm da gestão pública, mas que emergem do cotidiano e da articulação comunitária.

2.4 Resíduos Sólidos e a Política Pública: entre a normatização e a prática

Criada pela Lei n. 12.305/2010, a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), marcou um passo importante na área de gestão ambiental. Com ela, o país passou a assumir compromissos com a responsabilidade compartilhada sobre o ciclo de vida dos produtos, com a logística reversa, coleta seletiva e com a inserção dos catadores no sistema de limpeza urbana. O texto da lei propõe mudar de uma lógica só operacional para uma visão mais sistematizada e preventiva, juntando agentes públicos, privados e a sociedade civil em torno da sustentabilidade. No entanto, no ano de 2025, quinze anos depois de sancionada, a distância entre o que se prevê na norma regulatória e o que se faz de fato ainda segue como um dos maiores entraves dessa política pública.

Para o ano de 2022, dados do Instituto Água e Saneamento (IAS) apontaram que no município de Juazeiro do Norte, mais de 90% da população tem acesso à coleta municipal, à primeira vista, essa informação parece positiva, no entanto, com apenas 1,19 % de taxa de recuperação de recicláveis, nível abaixo da média nacional que para o ano de 2022 era de (2,4 %).Esses dados evidenciam que, apesar de avanços no acesso à coleta regular, a dimensão qualitativa da gestão de resíduos sólidos ainda é insuficiente, sobretudo no que se refere à valorização dos materiais recicláveis e à inclusão efetiva dos catadores na cadeia produtiva. Essa lacuna revela o fosso entre o modelo normativo previsto na PNRS e a realidade enfrentada pelos municípios, especialmente aqueles de médio porte como Juazeiro do Norte, que lidam com limitações estruturais, técnicas e financeiras.

A implementação da PNRS exige mais do que a existência de contratos de coleta: demanda planejamento intersetorial, infraestrutura apropriada para triagem e destinação, campanhas educativas permanentes e, sobretudo, articulação entre os diferentes atores sociais envolvidos. Entretanto, o que se observa em muitos casos é a substituição da gestão integrada por soluções paliativas, focadas na remoção emergencial dos resíduos, sem uma estratégia de longo prazo que contemple a sustentabilidade ambiental, econômica e social do sistema.

O desafio se intensifica em contextos de eventos sazonais de grande impacto, como no caso específico aqui estudado de Juazeiro do Norte, a romaria de Nossa Senhora das Candeias. Nesse período, o volume de resíduos aumenta de forma exponencial, exigindo esquemas logísticos emergenciais que nem sempre são planejados ou executados com antecedência. A PNRS, apesar de prever instrumentos de planejamento, não oferece diretrizes específicas para situações sazonais, o que fragiliza ainda mais a capacidade de resposta local. A ausência de uma estrutura adaptativa e de financiamento emergencial para tais eventos contribui para a sobreposição de responsabilidades, precarização do trabalho dos catadores e acúmulo de resíduos em vias públicas e espaços simbólicos.

Dessa forma, a efetividade da política pública de resíduos sólidos depende diretamente da capacidade institucional dos municípios, mas também da construção de arranjos colaborativos, como consórcios intermunicipais, parcerias com cooperativas e iniciativas de educação ambiental junto aos romeiros. Como destaca Carlos Matus (1997, *apud* ENAP, 2013), um dos grandes desafios da administração pública é transformar intenção política em capacidade real de ação, o que, no campo da gestão de resíduos, exige superar a distância entre a norma e a prática, entre o discurso da sustentabilidade e sua realização cotidiana nos territórios.

3. Metodologia

Este ensaio se fundamenta numa abordagem interpretativa e reflexiva, combinando uma revisão bibliográfica crítica com uma análise indireta da Romaria das Candeias que ocorre no município de Juazeiro do Norte-ce. Para isso, se utiliza fontes institucionais da AMAJU, dados oficiais sobre o volume de resíduos e relatos das práticas dos catadores. Mesmo que não tenha sido feito um trabalho de campo direto, o estudo tenta articular os conceitos teóricos com a realidade local. Embora não tenha sido realizado um trabalho de campo, optou-se por um mapeamento documental e descritivo das ações públicas voltadas ao gerenciamento de resíduos durante a Romaria, além da observação indireta de discursos e registros disponíveis em canais oficiais e mídias locais. Também foi considerada a observação indireta de registros públicos o que contribuiu para compreender as narrativas que circulam entre os sujeitos envolvidos, como catadores, gestores municipais e fiéis.

A metodologia adotada segue uma perspectiva exploratória, em que o objetivo principal é construir sentidos a partir de fragmentos dispersos de informação e articular esses elementos aos referenciais teóricos selecionados. O estudo segue as orientações metodológicas de Meneghetti (2011), que defende o uso do ensaio como forma legítima de conhecimento científico. Por fim, o texto assume um caráter ensaístico, no qual a reflexão não se propõe neutra, mas sim engajada, buscando contribuir para o debate sobre práticas sustentáveis em

eventos de massa, sem a pretensão de esgotar o tema ou oferecer soluções definitivas.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Entre a Razão Indolente e a Ecologia de Saberes: A Gestão de Resíduos na Romaria de Juazeiro como Espaço de Disputa Epistêmica

A gestão de resíduos sólidos durante as romarias em Juazeiro do Norte constitui um campo prático no qual se materializam as críticas teóricas de Boaventura de Sousa Santos à modernidade ocidental. Em A Crítica da Razão Indolente, Boaventura denuncia a rigidez do paradigma dominante, especialmente a confiança excessiva na ciência e no direito como formas universais de conhecimento, o que ele chama de "conhecimento-regulação". Essa forma de saber, ligada ao controle e à manutenção da ordem, mostra-se incapaz de responder aos desafios sociais complexos, como o gerenciamento de resíduos em eventos de massa. Em Juazeiro do Norte-CE, a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ainda que sustentada por um discurso de sustentabilidade e corresponsabilidade, revela-se alinhada a uma racionalidade limitada, conceito originalmente desenvolvido por Herbert Simon e aqui compreendido, segundo Souza (2006), como a situação em que os tomadores de decisão, diante de restrições informacionais, cognitivas e temporais, acabam optando por soluções consideradas satisfatórias, ainda que longe das ideais. Como resultado, as decisões adotadas pouco dialogam com o contexto local: a taxa de reciclagem, por exemplo, não ultrapassa 1,19% (IAS, 2022), evidenciando a desconexão entre as diretrizes normativas e a prática concreta.

Nesse sentido, este ensaio teórico busca compreender de que maneira práticas locais de gestão de resíduos sólidos em contextos de romaria popular, com foco na experiência de Juazeiro do Norte, podem se constituir como respostas inovadoras diante das crises socioecológicas contemporâneas. O objetivo é refletir sobre como iniciativas como a parceria entre a AMAJU e os catadores de recicláveis podem superar abordagens tradicionais, promovendo inclusão socioprodutiva, regeneração ambiental e formas de governança colaborativa mais sensíveis aos saberes locais. Ao observar como o poder municipal, em um período de forte fluxo populacional e pressão ambiental, consegue organizar estratégias próprias, muitas vezes à margem da estrutura burocrática clássica, busca-se identificar elementos que apontem para uma possível superação da chamada "razão indolente".

Esse cenário é exemplar daquilo que Boaventura chama de razão indolente, uma racionalidade cansada, repetitiva, que recusa a diversidade epistêmica e mantém estruturas coloniais de saber. No entanto, a atuação articulada entre a AMAJU, uma autarquia municipal e as cooperativas de catadores durante a Romaria das Candeias se contrapõe a esse modelo, apresentando-se como um exemplo de "conhecimento-emancipação", fundamentado em relações horizontais, participação popular e diálogo entre saberes. A inclusão ativa dos catadores na estrutura de gestão não apenas

melhora os índices da coleta seletiva, mas também desafia a lógica da invisibilização desses atores, promovendo uma justiça ambiental que é ao mesmo tempo material e simbólica.

Essa experiência concreta representa o que Boaventura define como ecologia de saberes, uma proposta de superação do eurocentrismo epistêmico pela valorização dos conhecimentos subalternizados, como o saber prático dos catadores e catadoras que vivenciam a territorialidade, religiosidade e impactos locais. A gestão compartilhada durante a romaria configura um espaço privilegiado de transição paradigmática, em que a razão técnica cede lugar a formas plurais de racionalidade, superando os pensamentos conservadores da política pública, como a racionalidade limitada e incluindo o senso comum, o conhecimento territorial e a experiência acumulada dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, ela evidencia os limites do paradigma emergente: a depender da boa vontade de gestores, da estruturação prévia das cooperativas e da sazonalidade dos eventos, essas práticas ainda não se traduzem em políticas públicas permanentes. O que levanta dúvidas sobre como ela pode funcionar fora do contexto da romaria.

Além disso, a própria ideia de que eventos massivos possam ser tratados como laboratórios para novas formas de governança encontra pouco espaço nos planejamentos técnicos estatais. Que tendem a operar por esquemas fixos e reativos. Embora Santos aponte que momentos de crise e exceção abrem janelas para a transformação social, a romaria é, paradoxalmente, um evento recorrente e previsível. Ela exige planejamento contínuo, atenção regular, o que demanda um hibridismo entre inovação social e estrutura institucional, uma tensão que a teoria crítica pós-moderna ainda não resolve com muita clareza.

Assim, a experiência de Juazeiro do Norte ajuda a iluminar o valor prático da crítica da razão indolente, ao demonstrar que resistências locais podem produzir formas alternativas de gestão ambiental, mais justas, inclusivas e eficazes. Ao mesmo tempo, ela impõe perguntas fundamentais para o debate contemporâneo: como transformar essas experiências em políticas públicas duradouras sem sucumbir à lógica da padronização burocrática? A ecologia de saberes seria suficiente para romper com os modelos técnicos dominantes ou apenas serve como correção lateral? A gestão de resíduos em romarias, longe de ser um problema meramente técnico, se revela, então, um campo de disputa epistêmica e política, onde se confrontam o velho paradigma da modernidade e os sinais ainda tímidos de um novo senso comum baseado em solidariedade, justiça e pluralidade.

4.2. Catadores como Cogestores: Governança de Resíduos Urbanos sob a Perspectiva de Ostrom

A gestão de recursos de uso comum, como os resíduos sólidos urbanos, requer arranjos institucionais que sejam legitimados pelos próprios usuários, respeitando as características socioculturais de cada território. Elinor Ostrom (1990), em sua obra pioneira sobre os “commons”, demonstrou que as comunidades locais podem gerenciar seus próprios recursos de maneira eficaz sem depender exclusivamente do Estado ou do mercado. Seguindo esse ramo de pensamento, a autora, discursa que, sistemas de governança bem-sucedidos compartilham características comuns: regras construídas de forma participativa,

adaptação às condições locais, mecanismos de monitoramento feitos pelos próprios membros e sanções graduais para infratores

Em contextos urbanos como o caso de Juazeiro do Norte, onde há sobrecarga de resíduos durante eventos religiosos que movimentam muitos visitantes, aplicar esses princípios pode viabilizar estratégias mais eficazes de gestão compartilhada. A parceria entre a AMAJU e catadores organizados, por exemplo, configura um modelo em que atores sociais historicamente marginalizados passam a atuar como cogestores do sistema de limpeza urbana, o que reforça os princípios de inclusão e corresponsabilidade.

Essa visão rompe com a lógica centralizadora da gestão pública tradicional, que frequentemente desconsidera as capacidades organizativas das comunidades locais. Ostrom (1990) argumenta que a efetividade da gestão de bens comuns não está apenas na existência de recursos técnicos ou legais, mas, sobretudo, na construção de confiança mútua, na deliberação coletiva e na validação social das regras. Ou seja, quando os usuários de um recurso compartilham normas claras, atuam no monitoramento e se sentem corresponsáveis, o resultado tende a ser mais estável e resiliente do que modelos impostos verticalmente.

No caso da Romaria das Candeias, a gestão dos resíduos sólidos revela uma tensão entre a estrutura burocrática da política pública e os arranjos colaborativos que emergem da prática. A atuação dos catadores organizados durante o evento pode ser compreendida, à luz de Ostrom, como um exemplo de governança multinível, na qual diferentes atores, como a AMAJU, associações de catadores, romeiros e moradores locais, compartilham responsabilidades, mesmo que de maneira informal ou precária. Ainda que o modelo dependa, em muitos casos, da boa vontade dos gestores públicos e do voluntarismo de organizações civis, ele aponta para uma ruptura metodológica relevante: a possibilidade de produzir soluções eficazes e sustentáveis a partir do território, respeitando suas dinâmicas culturais e capacidades autônomas. Por tanto, reconhecer os resíduos como um bem comum urbano é mais do que uma escolha de gestão: é um gesto político de redistribuição de poder, conhecimento e cuidado com o território.

4.3. Convergências e tensões entre Ostrom e Boaventura: saber local, governança e justiça socioambiental, interpretação no contexto de Juazeiro do Norte durante as Romarias de Nossa Senhora das Candeias

Ao refletir sobre a gestão de resíduos sólidos como um problema complexo e territorializado, torna-se pertinente articular as contribuições de Elinor Ostrom e Boaventura de Sousa Santos, visto sua contribuição para a formulação deste ensaio, ainda que partam de tradições teóricas distintas. Ostrom, a partir de uma abordagem institucional e pragmática, demonstra que comunidades locais são capazes de criar e gerir regras próprias para o uso sustentável de recursos comuns. Já Boaventura, sob uma ótica crítica e pós-colonial, aponta para os limites da modernidade ocidental e propõe a valorização de saberes subalternizados através do que ele chama de ecologia de saberes.

Ambos os autores convergem na defesa de arranjos descentralizados e da valorização do conhecimento local, mas divergem quanto às raízes do problema e às formas de enfrentamento. Enquanto Ostrom (1990) acredita que os atores locais, se organizados com clareza de regras, monitoramento mútuo e sanções proporcionais, podem construir sistemas robustos de governança sem depender exclusivamente do Estado ou do mercado. Para ela, a legitimidade das soluções vem do envolvimento direto dos usuários na gestão do recurso, o que no caso de Juazeiro do Norte se expressa na ação conjunta entre AMAJU e catadores durante a Romaria de Nossa Senhora das Candeias.

Boaventura, por outro lado, argumentaria que a eficácia desses arranjos só é possível se houver uma ruptura com o epistemicídio que marca a história das políticas públicas no Brasil. Em sua crítica à razão indolente**,** ele sustenta que, sem reconhecer as experiências históricas de exclusão e silenciamento dos saberes populares, como os das comunidades catadoras, qualquer modelo de governança corre o risco de reproduzir desigualdades estruturais. Para Boaventura, portanto, não basta que os catadores participem: é necessário que suas epistemologias próprias, suas formas de compreender, classificar e cuidar do ambiente sejam integradas ao processo decisório.

Se Ostrom enfatiza os princípios institucionais que tornam a gestão dos "commons" viável, Boaventura chama atenção para as condições políticas e históricas que definem quem é autorizado a participar e sob quais termos. Essa distinção se revela importante em Juazeiro do Norte: embora a parceria com catadores represente um avanço, ela ainda opera dentro de limites institucionais que podem não reconhecer integralmente o valor cultural, simbólico e espiritual do trabalho desses sujeitos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que Ostrom fornece instrumentos analíticos para o desenho institucional de práticas colaborativas, enquanto Boaventura oferece uma lente crítica sobre quais vozes são (ou não) ouvidas nessas práticas. Assim, enquanto Ostrom pergunta "quais regras funcionam?", Boaventura questiona "quem tem o direito de fazer regras?" e "quais saberes são considerados válidos nesse processo?". Ao integrar ambas as abordagens, o caso específico de Juazeiro do Norte pode ser interpretado não apenas como um experimento técnico de gestão de resíduos, mas como espaço de disputa epistêmica e política, onde se articulam governança local, justiça ambiental e reconhecimento de saberes invisibilizados.

5. Catadores como Agentes de Transformação Socioambiental

5.1. Perfil dos Catadores na Região do Cariri

Os catadores de materiais recicláveis da região do Cariri possuem um perfil marcado por processos de exclusão social, sendo frequentemente colocados à margem da sociedade. Seu trabalho ainda é estigmatizado como sujo ou informal, o que contribui para a invisibilidade desses sujeitos nos debates sobre justiça social e ambiental. De acordo com Brasil et al. (2015), mesmo diante de esforços por reconhecimento e organização coletiva, esses trabalhadores enfrentam dificuldades persistentes para acessar políticas

públicas e garantir seus direitos. Essa situação se agravou com a pandemia de Covid-19, que evidenciou ainda mais a precariedade das condições de trabalho e a falta de suporte institucional, como apontam Santos e Lima (2021).

O contexto evidenciado pela pandemia de Covid-19 não apenas acentuou a vulnerabilidade à qual os catadores estão submetidos, como também revelou lacunas significativas nas políticas públicas voltadas ao setor da reciclagem. Santos e Lima (2021) destacam que, durante o período de quarentena — quando muitos desses trabalhadores foram obrigados a interromper suas atividades —, ficou evidente a ausência de mecanismos eficazes de proteção social e econômica que assegurassem sua subsistência em tempos de crise. A dependência estrutural do trabalho realizado pelos catadores, aliada à falta de reconhecimento institucional, escancarou uma falha sistêmica que ainda compromete a dignidade e os direitos desses trabalhadores.

Considerando esse contexto de exclusão e precarização, torna-se urgente a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão produtiva dos catadores como agentes ativos na cadeia da reciclagem. Mais do que beneficiários de assistência, esses trabalhadores exercem um papel essencial na sustentabilidade urbana. Nesse sentido, Brasil et al. (2015) apontam que a formalização da atividade é um passo estratégico para assegurar dignidade e fortalecer a sustentabilidade nas cidades.

6. Conclusão e Contribuições

A gestão de resíduos sólidos durante a Romaria das Candeias em Juazeiro do Norte revela um modelo promissor de inovação pública, onde a parceria entre poder municipal e catadores de materiais recicláveis demonstra que é possível conciliar eficiência operacional, inclusão socioprodutiva e sustentabilidade ambiental. A experiência analisada neste ensaio ilustra como arranjos colaborativos podem transformar um desafio histórico, como o descarte massivo de resíduos durante eventos religiosos em oportunidades de governança compartilhada e justiça ambiental.

No entanto, como estudo teórico baseado em análise documental, revisão bibliográfica em caráter reflexivo, este ensaio teórico possui limitações inerentes à sua natureza. A ausência de pesquisa de campo direta com os atores envolvidos: catadores, gestores públicos e romeiros, deixa em aberto questões importantes sobre como essas práticas são vivenciadas no cotidiano e quais tensões não capturadas pelos documentos e na literatura podem estar presentes nessa dinâmica. Essa lacuna aponta para a necessidade de futuras investigações que possam aprofundar a compreensão das relações de poder, expectativas e contradições que permeiam essa parceria.

O cerne do desafio, como discutido na análise da PNRS (Seção 4.4), reside no abismo entre o êxito temporário durante eventos massivos e a fragilidade permanente do sistema municipal. A ecologia de saberes (Seção 5.1) ajuda a decifrar esse contraste, ao revelar como os saberes locais dos catadores podem gerar soluções disruptivas. Porém, sem mecanismos efetivos de institucionalização, tais avanços permanecem confinados à esfera das exceções sazonais, sem transformar a realidade estrutural que mantém a taxa de reciclagem municipal em patamares irrisórios (IAS, 2022).

Apesar dessas limitações, o ensaio oferece contribuições relevantes ao demonstrar que a verdadeira inovação exigirá: Traduzir as experiências das romarias em políticas permanentes, com participação contínua dos catadores na governança dos resíduos como bem comum; Vincular as ações locais às ODS 11 e 12, criando metas claras de reciclagem e inclusão socioprodutiva, e por fim, Superar a razão indolente (Santos, 1999) por meio de planejamento urbano que incorpore, de forma estrutural, os saberes territoriais marginalizados.

Assim, este ensaio problematiza a gestão de resíduos em contextos de massa e demanda que a administração pública local substitua a lógica reativa por um modelo estruturado, ancorado na ecologia de saberes e em mecanismos formais de participação dos catadores na governança permanente dos resíduos.

36º ENANGRAD

Referências Bibliográficas

- **BOFF, Leonardo.** *Sustentabilidade: o que é, o que não é.* Petrópolis: Vozes, 2012.

- **BRASIL.** Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Diário Oficial da União: Brasília, DF*, 3 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 14 jul. 2025.

- **BRASIL.** Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). *Apostila: Planejamento em Saúde – Módulo I.* Brasília: ENAP, 2013. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/369/1/Apostila%20Planejamento%20em%20Sa%C3%BAde%20-%20M%C3%B3dulo%20I.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

- **INSTITUTO ÁGUA E SANEAMENTO – IAS.** *Indicadores de coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos no Brasil: dados municipais – Juazeiro do Norte (CE), 2022.* Disponível em: https://institutoias.org.br/relatorios/2022/juazeiro-do-norte-ce.pdf. Acesso em: 14 jul. 2025.

- **IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** *Catadores de materiais recicláveis: reconhecimento e inclusão social.* Brasília: IPEA, 2013.

- **MENEGHETTI, F. K.** O que é um ensaio teórico? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 15, n. 2, p. 320–332, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010.

- **NAÇÕES UNIDAS.** *Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.* Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. Acesso em: jul. 2025.

- **PREFEITURA DE JUAZEIRO DO NORTE.** Romaria de Candeias gera mais de 2 toneladas de materiais recicláveis. Disponível em: https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/informa/30123. Acesso em: jul. 2025.

- **SANTOS, Boaventura de Sousa.** *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.* São Paulo: Cortez, 1999.

- **SOUZA, Celina.** Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20–45, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 26 jul. 2025.

- **VEIGA, José Eli da.** *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.* 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.